

**MEMÓRIA DA 35ª REUNIÃO DO COLEGIADO DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Aos quinze dias do mês de outubro de 2020, com início às 14h30, por meio do aplicativo Zoom, foi realizada a 35ª reunião ordinária do Colegiado da Rede de Controle da Gestão Pública – PR (RCGP-PR). Participaram os representantes das seguintes instituições: Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Segurança Pública - SESP/PR, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, Polícia Federal – PF, Receita Federal do Brasil – RFB, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR, Controladoria-Geral da União – CGU, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, Ministério Público Federal – MPF, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Observatório Social do Brasil – OSB, Ministério Público de Contas do Estado – MPC e Ministério Público do Estado – MPPR. Registrada a ausência de representantes da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, AGU, ALEP, MPT e PCPR.

**Luiz Gustavo Andreoli**, representando o TCU, iniciou a reunião às 14h30 e deu as boas-vindas a todos e solicitou aos demais membros que fizessem uma rápida apresentação.

Concluídas as apresentações, **Luiz Gustavo** iniciou a reunião com o primeiro item da pauta, assinatura do novo Acordo de Cooperação, o qual não foi assinado por alguns órgãos: ALEP não assinou e não tem participado das reuniões, será necessário fazer um contato direto com o Órgão; o Sr. Leandro da CELEPAR conseguiu assinar; do MPPR não havia representante na reunião no momento; PCPR e SESP não assinaram ainda. O Delegado Alan Flore está como contato dessas duas instituições e iria verificar a situação; delegada Érika informou que na PF o Acordo já foi analisado pelo setor de controle interno e encaminhado para emissão de parecer sobre a oportunidade e a conveniência e posterior assinatura pelo Superintendente.

**Luiz Gustavo** passou para o segundo item da pauta, Força Tarefa Cidadã. Esclareceu que o OSB, por conta da pandemia COVID-19, pela falta de pessoal nos órgãos municipais e o aumento de despesas executadas no combate à pandemia, tem apresentado para a Rede de Controle casos com indícios de irregularidades, selecionados pela materialidade, para análise dos órgãos que integram a Rede, num esforço conjunto. Agradeceu publicamente ao Rafael do TCE e ao Leonardo do MPPR que têm participado ativamente nesse sentido.

**Ney Ribas** agradeceu e disse que na proposta inicial da Força Tarefa o objetivo era avaliar os Portais de Transparência dos municípios, trabalho que já é realizado pelo TCE, MPPR e a Transparência Internacional.

A Força Tarefa está se expandindo para outros Estados, RS, SC, PR, BA, PI, RJ, SP, MG.

Precisa ser definida uma estratégia para atuação, mais de 90% dos municípios não cumprem a lei que define a disponibilização de processos e respectivos documentos para conferência das despesas, que no monitoramento das despesas com a pandemia COVID-19 a dificuldade é ter acesso aos documentos como ao termo de referência, orçamentos, parecer jurídico e notas fiscais, para uma análise mais profunda do nível de transparência.

A Rede de Controle de SC vai notificar novamente as prefeituras informando que foi feita avaliação dos Portais e não estão sendo cumpridos os requisitos da Lei.

Gostaria de sugerir um alinhamento aqui no Paraná para que fosse feito isso nos municípios do nosso Estado.

**Luiz Gustavo** informou que o tema Transparência será abordado no tópico seguinte, no tópico das Boas Práticas das outras Redes, que a ideia é agendar uma reunião específica sobre Transparência com MPPR, TCE e MPC para analisar o trabalho de cada um, alinhar uma estratégia de trabalho para 5 anos com diretrizes e tratar de forma conjunta o assunto.

**Luiz Gustavo** deu as boas-vindas ao Sr Bruno Galatti, questionou se havia alguma informação a respeito da assinatura do ACT pelo Dr Giacoia, Dr Galatti informou que o MPPR não assinou ainda, que o processo precisa ser em forma de papel para assinatura do Procurador Geral.

**Luiz Gustavo** passou então para o terceiro tópico, Boas Práticas das outras Redes de Controle, dizendo que a Rede de Controle do Estado do Rio de Janeiro trabalha fazendo uma interligação entre todas as Redes, que divulgam notícias e informações em grupo de Whatsapp para os outros Estados.

Iniciou apresentando uma orientação da Rede de Controle do Maranhão sobre a obrigatoriedade do Pregão Eletrônico, nos mesmos moldes da NT sobre Transparência. É uma campanha, apresenta o Decreto e pode ser feito aqui no Paraná também.

Questionou ao TCE e MPPT, se havia algum trabalho nesses órgãos a respeito do assunto, **Rafael Ayres TCE** disse que receberam várias demandas questionando sobre uso de pregões presenciais, que emitiram notícias e consultas a respeito.

**Luiz Gustavo** questionou se tem um levantamento a respeito e **Rafael** respondeu que não, mas que acompanham pelo Mural de Licitações. Que as compras de emergência no enfrentamento à pandemia já diminuíram.

**Bruno Galatti** informou que o MPPR já fez algumas recomendações sobre o assunto pela área do Patrimônio Público.

**Ney OSB** acrescentou que em Ponta Grossa foram feitos vários eventos juntamente com o Ministério Público, com a Escola da Gestão, com TCU e com a CGU e apresenta atualmente o maior índice de compras realizadas por Pregão Eletrônico. Que apesar dos problemas com plataformas, os resultados têm sido satisfatórios, que o planejamento de compras e contratações é muito importante.

**Luiz Gustavo** frisou que apesar do tema Planejamento de Contratações já ter sido muito trabalhado e vários órgãos já terem avançado, ainda há uma lacuna muito grande para ser trabalhada e sugeriu avaliar se vale a pena atuar sobre o assunto Pregão Eletrônico na Rede de Controle, principalmente com TCE e MPPR ou se ações já feitas são suficientes.

A segunda Boa Prática apresentada é do Mato Grosso do Sul que tem um mapa de transparência das informações sobre gastos com a pandemia COVID-19, que alguns órgãos fazem esse acompanhamento como MPPR e TCE, MPC também atua, que seria interessante unir esforços, que sugeriu ao OSB que aproveitasse esses trabalhos para apresentar aos gestores, que pudessem cobrar dos gestores.

**Luiz Gustavo** sugeriu programar uma reunião para daqui a uns 10 dias para definir estratégia para 5 anos.

**Vitor MPC** disse que é possível sim, só precisa confirmar com Dra Valéria o planejamento dos trabalhos.

**Dr Bruno Galatti** disse que falta divulgação no Paraná, que temos órgãos fortes que atuam fazendo trabalhos similares e não há divulgação dos resultados, que infelizmente a Rede não possui uma estrutura para fazer esse trabalho de comunicação. O MPPR está finalizando a segunda avaliação dos Portais dos Municípios conforme orientação da NT da Rede, que a atuação é diferente do MPC mas que os órgãos poderiam atuar sim de forma conjunta para não confundir os gestores.

**Rafael TCE** disse que em fevereiro encerra o mandato do Presidente Nestor Batista e não tem como garantir as diretrizes do próximo gestor, mas que tem interesse em atuar sim na área da transparência.

Informou que está em fase de finalização a 2ª edição do Índice de Transparência Pública que iniciou em 2019 com alunos da Universidade Positivo, e na avaliação 22 municípios melhoraram significativamente. Que entende ser viável sim uma atuação a longo prazo, que o ACT da Rede proporciona um subsídio muito grande aos trabalhos realizados.

**Luiz Gustavo** vai encaminhar uma sugestão de data para reunião sobre Transparência.

Última boa prática é a realização de um Webnário para os novos prefeitos eleitos com a confederação dos municípios, em que todos os órgãos teriam um tempo de fala.

**Cristina CGU** informou que em fevereiro de 2017 a CGU organizou o Encontro Município Transparente, em que todos os prefeitos foram convidados e a pauta era orientação aos novos gestores. Vai buscar o material que foi fornecido e a programação do evento para poder passar para Luiz Gustavo ver como foi feito.

**Luiz Gustavo** sugeriu como data 09 de dezembro em que os órgãos comemorando o Dia Internacional contra a Corrupção, e que já teria todos os prefeitos eleitos.

**Rafael TCE** disse que concorda sim, que foi feita uma live pelo TCE com foco em encerramento dos mandatos. O tema é bom, o TCE já tem tradição em eventos do tipo e inclusive estão atualizando um manual de início de mandato que pode ser lançado no evento.

**Bruno Galatti MPPR** se manifestou que planejamento do novo administrador que geralmente quer mudar todos os procedimentos, o evento deve ser direcionado para equipe de transição.

**Rafael TCE** acrescentou que seria para apresentar os órgãos para os prefeitos, com o papel de cada órgão, onde buscar informações.

**Luiz Gustavo** frisou que o objetivo seria dar dicas e orientações para os novos gestores.

**Ney OSB** parabenizou a iniciativa e disse que é necessário reforçar a valorização dos profissionais que atuam na gestão das prefeituras, independente dos prefeitos. Disse que seria interessante ter focos específicos para conselheiros, servidores que atuam na área de compras e com foco em transparência.

**Luiz Gustavo** passou então para o último item, que é o Portal Instituto Rui Barbosa, feito em resposta a uma demanda do OSB em 2019 que apresentou proposta para ENCCLA para organizar as capacitações em um portal só.

Lançamento oficial do Portal será no dia 09/12, não são novos cursos, apenas foi criado um portal concentrando todas as informações dos sites que disponibilizam os cursos. Apenas cursos virtuais e gratuitos.

Apresentou também a cartilha da Rede de Controle elaborada pela SECOM do TCU em Brasília após demanda do OSB com atribuições dos órgãos e o caminho para as ouvidorias.

**Luiz Gustavo** passou então para o último item da pauta da reunião, eleição da nova diretoria que será realizada na próxima reunião da Rede de Controle. O mandato vence em 28/11.

Informou que não possui uma estrutura adequada para dar continuidade aos trabalhos de forma adequada como coordenador da Rede, que gostaria de fazer reuniões específicas com os Órgãos, no entanto, não consegue dar andamento aos projetos. Dito isso, abriu a palavra para que os membros presentes pudessem indicar candidatos para o novo mandato e salientou que outros órgãos e dirigentes poderiam contribuir com esse trabalho, como o MPPR.

**Bruno Galatti MPPR** disse que irá conversar com Dr Kalache para analisar se há possibilidade e interesse em se candidatar, que visualiza que o trabalho da Rede de Controle é o futuro, por envolver vários órgãos e alinhar as diretrizes.

**Francisco RFB** disse que a parte da Educação Cidadã pode auxiliar na parte de capacitação.

**Rafael TCE** disse que o IRB é a Escola do Conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil, é uma entidade privada mas que está atualmente instalada dentro do TCE/PR. Que poderiam ser convidados para participar da Rede para contribuir na área de capacitação.

**Luiz Gustavo** pediu para Cristina CGU verificar possibilidade de incluir o IRB no ACT da Rede.

Encerrou a pauta e abriu a palavra para os demais participantes. Como não houve manifestações, encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e finalizou às 16h15.